

## Rabello critica TLP e diz que não votar MP não será 'fim do mundo'

Por Thais Carrançã | De São Paulo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello Castro, voltou ontem a fazer críticas ao desenho da Taxa de Longo Prazo (TLP) e disse que não será "o fim do mundo" se for necessário mais tempo para a aprovação, caso a medida provisória (MP) que trata do tema na Câmara venha a caducar. "É uma MP de longo prazo, que começa a ter repercussão apenas em 2019, de forma que o país pode ficar um pouco mais tranquilo, porque temos mais problemas emergenciais além desse para resolver", disse. "Em outras palavras, é muito bom se ela for aprovada [no prazo] e também não é o fim do mundo se tivermos que trabalhar um pouco mais na definição", afirmou, após evento na Associação Comercial de São Paulo.

Questionado se o governo ainda pode voltar atrás na TLP, Rabello respondeu que é preciso "perguntar ao governo": "Da minha parte, eu já inclusive assinei um documento,

junto aos ministros da Fazenda e do Planejamento e ao presidente do Banco Central, no sentido de dar suporte aos trabalhos iniciais da relatoria".

Ele voltou a criticar a indexação da TLP à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). "O Plano Real foi uma obra magnífica, porém incompleta, e recentemente ameaçada por todas as indexações ao IPCA que temos feito, inclusive na administração atual", disse Rabello. "Por exemplo, estamos atrelando a TLP ao IPCA, temos atrelado a regra da PEC do teto de gasto ao IPCA, quando nossa moeda não é IPCA, é o real".

Para ele, o Brasil deve partir em 2109 para a "desindexação absoluta" da sua economia. "Isso nos ajudará a ter a prudência fiscal necessária para estabilizar as finanças federais, estaduais e dos municípios, adotar o real como moeda. Esse é o salto que precisa ser dado", completou.

O economista também criticou estudo publicado ontem pelo jornal

"Folha de S.Paulo" que defende que a mudança da taxa de juros do BNDES produziria economia de cerca de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. "Esses R\$ 100 bilhões alegados são um cálculos meramente especulativo, nem estimativo é", disse.

Ele fez ainda previsões sombrias sobre os desembolsos do banco de fomento neste ano. "Se o BNDES conseguir emprestar mais de R\$ 65 bilhões já vai ser muito, porque a economia brasileira está anêmica, não há disposição para investimentos no mesmo ritmo que no passado. Esse apetite para o investimento deve ter caído no mínimo 30%", afirmou, em palestra. Até junho, os desembolsos do BNDES somam pouco mais de R\$ 33 bilhões. No ano passado, foram R\$ 88,3 bilhões, o que significou um retrocesso para o nível de quase uma década atrás. Em 2008, o banco emprestou R\$ 90,8 bilhões.

"Se fechar a luz do BNDES, do BNB, do Desenvolve São Paulo, vamos para 6% do investimento em relação ao PIB, hoje estamos indo





abaixo de 15%", disse Rabello.

Afiado, o presidente do BNDES disparou ainda em outras direções. "Os grandes projetos estão sob o efeito 'lavajático', não sobrou praticamente uma única grande empreiteira com cadastro para fazer o próximo negócio com o banco. Estamos jogando o bebê fora com a água do banho", afirmou. Segundo Rabello, não há "economicidade" nas decisões judiciais. "Temos que ensinar os senhores procuradores que da caneta deles saem óbitos, desemprego, empresas fechadas", criticou. "A punição que entendemos para o empresário que fez mal feito é trabalhar mais, lucrar mais, terminar obras", acrescentou.

Ele informou também que será

lançado em 25 de agosto uma linha de crédito para capital de giro, o BNDES Giro Pré-Aprovado. "É o mesmo Progeren [linha do BNDES de financiamento ao capital de giro], só que sem o retrabalho que o banco particular ou público tinha de mandar a ficha do interessado de volta para o BNDES", explicou. Trata-se de um esforço de desburocratização, dentro da nova prioridade do banco de financiar a micro, pequena e média empresa.

Por fim, ele defendeu o corte de despesas governamentais e a responsabilidade fiscal e disse ainda que o banco pretende cortar parte dos seus bônus de forma voluntária, sem deixar claro a que bônus estava se referindo.

## Líder e relator saem em defesa da proposta e afirmam que governo não mudou de ideia

Por Eduardo Campos e Raphael Di Cunto | De Brasília

O governo teve de sair em defesa da Taxa de Longo Prazo (TLP), que vai substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) após nova saraivada de críticas feitas pelo presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, e mais um atraso no cronograma da Medida Provisória 777 que institui a nova taxa e "caduca" em 6 de setembro. A leitura do relatório passou de hoje para amanhã.

Na sexta-feira, já havia ocorrido forte ruído sobre a desistência da MP que teve reflexos no mercado de câmbio. Como resposta, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, usou sua conta no Twitter para dizer que o governo segue firme na aprovação da MP. Ontem, o assunto que predominou no Planalto foi o da revisão da meta fiscal, mas segundo interlocutores, o

posicionamento feito por Padilha na sexta continuava representando a disposição do governo, que é a de aprovar a MP.

A informação é que o governo pretende aprovar a todo custo a MP da TLP, porque a nova taxa de juros faz parte da política econômica do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para reduzir o gasto fiscal. No Twitter, Padilha disse que "o governo segue firme para a aprovação da TLP, sob o comando do ministro Meirelles. A TLP é tema de relevância para a política econômica". Ou seja, não mudou nada neste início de semana. O governo vai correr contra o tempo para aprovar a MP.

A mesma mensagem foi repetida ontem, tanto pelo líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE) quanto pelo relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), que afirmaram ao Valor que o governo não desistiu de aprovar a TLP. Para provar, Moura mostrou o histórico do celular, com ligações telefônicas para integrantes

do Banco Central. "O prazo é curto, mas estamos empenhados para aprovar", disse.

Moura também disse estar aborrecido com o presidente da comissão mista que avalia a matéria, senador Lindbergh Farias (PT-RJ) por não ter cumprido o acordo, que previa leitura do relatório na semana passada, votação em comissão nesta semana e ida a plenário nos dias 23 e 30 de agosto. A sessão de hoje da comissão foi adiada por conflito de agenda e a leitura ficará para amanhã. Ainda não foi fechado novo acordo para refazer o cronograma de votação.

Após a derrota na comissão na semana passada, quando a sessão caiu por falta de quórum, o governo ampliou os esforços de articulação. Moura e outras lideranças políticas, como os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), estiveram reunidos com o presidente do BC, Ilan Goldfajn.

Gomes, relator da MP, que havia





classificado as novas críticas feitas pelo presidente do BNDES como "fogo amigo", subiu o tom e sugeriu que Rabello de Castro deveria "pedir para sair". No Twitter, o deputado disse respeitar o presidente do BNDES, "mas se ele está tão em desacordo com a TLP a ponto de jogar contra seu governo, deveria pedir para sair". Gomes disse que "as declarações do presidente do BNDES tumultuam".

A TLP é duramente criticada pelo setor produtivo, representado nas audiências públicas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que alegam que a TLP representará o fim da indústria nacional. Funcionários do BNDES apontam que a medida pode representar o desmonte da instituição como banco de fomento.

Os defensores, como BC, Fazenda, alguns membros da academia e do mercado, sustentam que a TLP não acaba com a capacidade do banco de prover crédito subsidiado, apenas deixa isso mais claro, pois todo incentivo terá de passar pelo Orçamento, sendo debatido no Congresso, disputando prioridades com outros gastos. (Colaborou Andrea Jubé, de Brasília)

## Meta fiscal e regra fiscal

*Por Francisco Lopes*

Nosso texto provocador sobre a irrelevância do "rombo fiscal", publicado no Valor de 2 de agosto último, mereceu até um puxão de orelha na coluna de Elio Gaspari. Este ícone do jornalismo brasileiro questionou nossa autoridade para afirmar que o rombo previsto para 2017 não deveria ser motivo de preocupação nem da mídia nem do governo. Acontece que não se trata de questão de autoridade, apenas de lógica.

Alguns analistas observaram que, como a Emenda Constitucional 95 (EC95) não aboliu a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos agora duas metas fiscais, o teto para os gastos e a meta de déficit primário da Lei Orçamentária Anual (LOA). Logo não seria correto enfatizar uma em detrimento da outra.

Existe, porém, uma diferença fundamental. A meta de déficit anual, ao contrário do teto dos gastos, pode ser redefinida a qualquer momento por projeto de lei. É semelhante ao orçamento executivo de uma empresa que funciona para avaliar a eficácia da gestão e produz apenas uma pressão moral se houver necessidade de revisão.

*Quadro fiscal vai se reverter drasticamente em 2018 e o déficit poderá ser reduzido a menos de R\$ 130 bilhões*

A EC95 é muito diferente: ela criou uma regra fiscal que só poderá ser alterada por nova emenda constitucional. A cada ano são definidos tetos para quinze diferentes órgãos do governo. Os tetos são calculados com base na taxa de inflação em doze meses do IPCA até junho do ano anterior. Não há possibilidade de revisão: a variação percentual dos tetos seguirá sendo calculada a cada ano sem levar em conta se foram cumpridos ou não.

No caso de descumprimento o órgão responsável ficará automaticamente sujeito a restrições severas por determinação da norma constitucional. Ficam proibidos: qualquer reajuste de salários, a criação de novos cargos, a contratação de pessoal, a realização de concursos públicos, a criação de nova despesa obrigatória ou o reajuste de despesa obrigatória acima da inflação. Ou seja, o órgão fica com gastos restringidos até que volte a se ajustar.

Esta rigidez e automatismo é o que dá força à regra fiscal da EC95 e garante sua efetividade no médio e longo prazo. Como o cálculo do percentual de reajuste para cada ano não leva em conta o crescimento real da economia, pode-se ter certeza que a razão entre o total das despesas e o PIB vai declinar ao longo do tempo. Na medida em que o total das receitas tende a acompanhar o crescimento do PIB

fica garantido que eventualmente surgirá um superávit primário, permitindo a redução da dívida pública como proporção do PIB. Ou seja, a EC95 criou uma regra fiscal que produzirá automaticamente o necessário ajuste fiscal como consequência do crescimento econômico. Sua essência é esta: ajustar crescendo.

A base do nosso regime fiscal é agora a regra fiscal da EC95. O balizamento anual da LOA continua servindo apenas para organizar a execução dos gastos públicos dentro dos limites da regra. Serve também para monitorar a evolução da receita pública, já que para obter o desejado ajuste fiscal via crescimento é fundamental que o total das receitas acompanhe a evolução do PIB nominal. Para isso é importante limitar o volume de renúncias fiscais e sua evolução ao longo do tempo.

Pode-se entender então a aparente irreverência ao criticar a preocupação exagerada com o rombo fiscal. Enquanto a regra fiscal da EC95 estiver em operação podemos estar tranquilos que o ajuste fiscal está em andamento.

Adicione a isto o fato, corretamente apontado por Fernando Montero, de que a LOA 2017 parece ter sido construída com uma previsão grosseiramente equivocada para a evolução das receitas. O projeto de lei adotou um





cenário de projeção muito inflacionado, com crescimento de 1,6% no PIB e inflação de 4,8% no IPCA. Mas mesmo que o crescimento nominal do PIB ainda assim fique próximo de 6% em 2017 (por exemplo, com crescimento real do PIB de 0,5% e inflação de 5,5% no deflator implícito), a projeção de receitas da LOA parece muito exagerada. A evidência histórica não permite que se projete crescimento de 10% na receita líquida quando se espera crescimento de 6% no PIB nominal, já que o coeficiente de elasticidade renda da receita nunca é superior a 1,20 e tem estado mais próximo da unidade nos últimos anos.

Cabe ainda enfatizar dois fatos importantes para o correto entendimento da questão fiscal. O primeiro é que, trabalhando com números aproximados de bilhões de reais, podemos observar que em 2016 a receita líquida foi de R\$ 1.090, a despesa foi de R\$ 1.250 e o déficit primário do governo central foi de R\$ 160. Se tivermos em 2017 o crescimento de 7,2% na despesa fixado pela EC95 e um crescimento de 7% na receita líquida, como

resultado de um crescimento de 6% no PIB nominal, o déficit do governo central ainda será de R\$ 173, superando os R\$ 160 de 2016. Só poderia ser igual a R\$ 139 com crescimento de 10% na receita. Não dá para não concluir que a revisão da LOA será apenas uma consequência lógica do erro grosseiro na projeção das receitas.

O outro fato importante é que em 2018 o quadro vai se reverter dramaticamente. A regra fiscal vai limitar o crescimento das despesas em 3% e poderemos ter um crescimento da ordem de 7% no PIB nominal (por exemplo, com crescimento de 2% no PIB real e inflação de 5% no deflator implícito). Neste caso a receita líquida poderá ter também crescimento superior a 7%, produzindo uma redução de pelo menos 25% no déficit primário. Um déficit da ordem de R\$ 170 em 2017 poderá ser reduzido para menos de R\$ 130 em 2018.

**Francisco Lafaiete Lopes**, PhD por Harvard, é sócio da consultoria Macrométrica e ex-presidente do BC

## Juro de longo prazo vira 'pomo da discórdia'

Por Sergio Lamucci e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

A troca da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP) nos empréstimos do BNDES é hoje um dos principais pontos de divergência do debate entre economistas ortodoxos e heterodoxos no país. Em tramitação no Congresso, a medida provisória (MP) 777 prevê que a TLP convirja em cinco anos para a taxa da NTN-B (título corrigido pelo IPCA), eliminando nesse prazo os subsídios nos financiamentos do banco.

De modo geral, os ortodoxos apoiam a ideia com entusiasmo, vendo na medida uma chance de o país ter juros mais baixos para todos, entre outras vantagens. Já os desenvolvimentistas acreditam que a TLP encarecerá o crédito para o investimento no país, colocando em risco o financiamento de longo prazo.

Nas entrevistas abaixo, em que responderam as mesmas perguntas formuladas pelo Valor sobre a medida, os professores Márcio Garcia, da PUC-Rio, e Ernani Teixeira Torres Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostram pontos de vista opostos. A TLP foi idealizada pelo governo na gestão de Maria Sílvia Bastos Marques à frente do

BNDES, instituição que passou ao comando de Paulo Rabello de Castro no fim de maio.

Para Garcia, a TLP vai na direção correta, enquadrando-se "num programa muito mais amplo desenvolvido pela equipe econômica para tentar evitar a explosão do endividamento público, consequência de anos de política fiscal irresponsável, sobretudo no governo Dilma".

Na visão de Garcia, a TLP "ajudará a reequilibrar o mix de política econômica, permitindo juros mais baixos". Além disso, aumentará a "potência da política monetária", permitindo que "os juros tenham que subir menos para cumprir a função de manter a inflação na meta".

Ex-superintendente do BNDES, Torres tem uma avaliação negativa da proposta. "O conceito que embasa a TLP pode fazer sentido em um país em que as taxas de juros de mercado sejam estruturalmente baixas", afirma ele. "Quando isso acontece, os mercados de crédito bancário e de capitais conseguem atender grande parte da demanda de financiamento de longo prazo."

Nesse ambiente, diz Torres, os bancos de desenvolvimento tendem a perder participação de mercado e o governo consegue usar outros instrumentos de direcionamento de crédito, como as garantias públicas.

Para ele, porém, "o Brasil ainda não chegou lá". Torres diz ainda que a TLP fará apenas "cócegas" sobre a potência da política monetária. "O BNDES responde por apenas 2,5% de todo o crédito concedido", opina ele, afirmando que o estoque de crédito do BNDES, de 18% do PIB, é mais expressivo, por ser de longo prazo. Mas o importante para a política monetária, para Torres, é o fluxo de crédito, e não o estoque.

Como se vê, são opiniões contrárias sobre a TLP, o que ajuda a entender a estridência do debate a respeito do projeto. A seguir, os principais trechos das entrevistas.

**Para Torres, "é um mecanismo de desmontagem do BNDES e do FAT"**



Ernani Torres Filho, da UFRJ: "A TLP será sempre uma taxa de juros instável no curto prazo e cara no longo prazo". Valor: A substituição da TJLP pela TLP vai na direção correta? Por quê?

Ernani Torres: Vai na direção







errada. O conceito que embasa a TLP pode fazer sentido em um país em que as taxas de juros de mercado sejam estruturalmente baixas. Quando isso acontece, os mercados de crédito bancário e de capitais conseguem atender grande parte da demanda de financiamento de longo prazo. Nesse cenário, os bancos de desenvolvimento tendem a perder participação de mercado e o governo é capaz de usar outros instrumentos de direcionamento de crédito, como por exemplo as garantias públicas. O Brasil ainda não chegou lá. Assim, adotar a TLP em um mercado financeiro que possui uma taxa estruturalmente elevada é passar a carroça na frente dos bois.

**Valor:** *O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, fez um cálculo retroativo e estimou que, se valesse desde 2003, a TLP teria ficado quase dois terços do tempo acima da Selic. O cálculo faz sentido?*

**Torres:** Faz sentido. Mostra que a TLP foi balizada em uma taxa de mercado muito elevada para os propósitos de um fundo como o FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador] e de um BNDES, cujo papel é estimular a geração de investimento, emprego e renda. O FAT perde muito de seu propósito se seus fundos tiverem custo de mercado. Se o BNDES pode captar recursos pela Selic, abaixo da TLP, por que vai usar os recursos do FAT? Vai deixar esse recurso ocioso, aplicado em operações compromissadas com o Banco Central. O FAT passará a ser remunerado pela Selic e vai financiar a dívida pública, não o investimento privado.

**Valor:** *Qual deverá ser o impacto da adoção da TLP sobre a política monetária?*

**Torres:** Vai fazer cócegas na potência da política monetária. O BNDES responde por apenas 2,5% de todo o crédito concedido. É muito pouco. O estoque do crédito do BNDES é mais expressivo [18% do PIB], porque é de longo prazo e, portanto, acumula ao longo dos anos. O importante para a política monetária é o fluxo de crédito, e não o estoque. O Banco Central jamais apresentou um estudo sobre os impactos do crédito do BNDES na política monetária. Existe crédito direcionado em todo o mundo, desenvolvido ou em desenvolvimento. Em todos os casos, as taxas de juros dos empréstimos direcionados são sempre as mais baixas do mercado. E não há reclamação dos bancos centrais no sentido de que o crédito direcionado local afete negativamente sua política monetária. No Brasil, no entanto, esse é o argumento que vem sendo usado para justificar o início da desmontagem do FAT e do BNDES.

**Valor:** *Em suas críticas à TLP, o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, disse que o atrelamento à NTN-B faria a taxa ser muito mais nervosa do que a TJLP, além de ter dito que, num momento muito agudo de alta de juros, "um projeto de longo prazo poderia não resistir financeiramente à TLP". Como o sr. avalia essas críticas?*

**Torres:** O presidente do BNDES teve um grande mérito pessoal nesse

debate. Só depois que as dúvidas dele vieram a público é que o Banco Central, o Ministério da Fazenda e interlocutores do mercado se viram obrigados a dar uma satisfação maior ao público sobre a iniciativa da TLP. Até então, tratavam a TLP como uma verdade indiscutível. Ao mesmo tempo, a imprensa também não trazia a público que havia fortes críticas à TLP, inclusive de pessoas ligadas ao governo, como o senador José Serra. O aspecto especificamente levantado pelo Rabello de Castro tem a maior pertinência. A TLP será sempre uma taxa de juros instável no curto prazo e cara no longo prazo.

**Valor:** *A substituição da TJLP pela TLP pode dificultar o financiamento de projetos de longo prazo? Por quê?*

**Torres:** A crítica do presidente do BNDES já apontou aspectos negativos da TLP. Ela será muito volátil e isso vai gerar um problema a mais para os investidores. Quando a tendência da TLP for de queda, as empresas vão segurar a entrada de projetos no BNDES, e quando tiver subindo, os empresários vão tentar entrar logo com um pedido para segurar a taxa. Além disso, com juros mais baixos no exterior vai haver uma pressão maior para a tomada de fundos externos e, portanto, para a dolarização dos passivos das empresas. Ainda mais, porque o mercado de capitais doméstico é pequeno para atender à demanda de fundos de longo prazo. Outro ponto negativo da TLP é o fato de ser pró-cíclica ou seja, a taxa vai tender a aumentar muito nos momentos em que o risco-Brasil







piorar. Se estivesse vigorando durante a crise internacional de 2008, os recursos do FAT não serviriam mais para financiar atuação anticíclica. O custo da TLP retira o incentivo para que a indústria brasileira de máquinas e equipamentos mantenha índice de nacionalização alto, de 60%. Vai haver mais desnacionalização e desemprego. Investir na economia real vai se tornar uma tarefa ainda mais difícil.

**Valor:** *O projeto da TLP prevê a eliminação dos subsídios nos empréstimos do BNDES em cinco anos, com a nova taxa convergindo para a NTN-B nesse prazo. Um banco de desenvolvimento não deve emprestar a taxas subsidiadas em alguns casos?*

: O crédito direcionado é, em todo o mundo, feito a taxas de juros menores que as praticadas no mercado financeiro para o mesmo credor, por exemplo, pequenas empresas, ou para a mesma finalidade, como exportação. É assim nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, sem contar o grupo dos Brics, só para citar alguns países. Os volumes de créditos direcionados são elevados. Nos Estados Unidos, por exemplo, é superior a 20% do PIB. A diferença entre eles são os instrumentos de direcionamento que são utilizados. Em alguns lugares são bancos, noutros garantia e ainda há países que usam fundos. Banco de desenvolvimento que empresta mais caro ou igual ao mercado não tem competitividade. A gestão de recursos públicos é sempre mais difícil e demorada que a privada. Por

esse motivo, falei antes que a TLP é um mecanismo de desmontagem do BNDES e do FAT.

**TLP "ajudará a reequilibrar o mix de política econômica", afirma Garcia**



Márcio Garcia, da PUC-Rio: "A TLP não representa o fim dos subsídios, mas a diminuição dos subsídios implícitos". Valor: A substituição da TJLP pela TLP vai na direção correta? Por quê?

Márcio Garcia: Sem dúvida. Ela enquadra-se num programa muito mais amplo desenvolvido pela equipe econômica para tentar evitar a explosão do endividamento público, consequência de anos de política fiscal irresponsável, sobretudo no governo Dilma. Ainda que a TJLP tivesse originalmente uma metodologia formal, ela vinha sendo há muitos anos fixada de forma "ad hoc" pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em patamares muito baixos. Como boa parte dos empréstimos do BNDES está a ela vinculada, ao se decidir por uma TJLP muito abaixo da Selic, como vinha ocorrendo, implicitamente se estava dando um subsídio sem a devida avaliação e transparência. Além disso, os fundos que abastecem o BNDES, bem como os

empréstimos de longo prazo do Tesouro, após 2008, cujos rendimentos estão vinculados à TJLP, e, portanto, proveem em última instância o subsídio, sofrem financeiramente e se veem em dificuldades para cumprir suas funções, como no caso do pagamento do seguro-desemprego pelo FAT.

**Valor:** *O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, fez um cálculo retroativo e estimou que, se valesse desde 2003, a TLP teria ficado quase dois terços do tempo acima da Selic. O cálculo faz sentido?*

Garcia: Acredito que o cálculo esteja correto, pois Felipe é economista competente e não costuma errar em conta. O problema é que tal cálculo foi feito para um período problemático, com mix errado de política econômica. O problema central da política macroeconômica pós-Plano Real, exceto em períodos curtos, é que foi sistematicamente adotado o mix errado de política econômica, com o pé no acelerador fiscal e parafiscal - empréstimos de BNDES e outros bancos públicos na esteira da crise de 2008 -, obrigando o BC a pisar mais fundo do que deveria no freio monetário, mesmo assim raramente atingindo a meta para a inflação. Quando o BC acreditou que poderia fazer de forma diferente, após o famoso cavalo de pau do [Alexandre] Tombini, em agosto de 2011, a inflação saiu totalmente de controle. O que o cálculo dele mostrou é que a TLP, e a Selic, deverão seguir anormalmente elevadas se o mix de política econômica não for





modificado. O cenário contrafactual relevante seria o seguinte: o que teria ocorrido com a taxa de juros no Brasil, caso as medidas de retomada do controle da política fiscal, como a PEC do teto, a reforma da Previdência, a TLP e outras, estivessem em vigor. Isso exige um modelo sofisticado, não uma mera conta. Teria que considerar que uma política fiscal responsável teria aberto caminho para uma política monetária menos restritiva do que a que vigorou na maior parte do período analisado, e também que a potência da política monetária para derrubar a inflação teria sido aumentada. Tudo isso provavelmente levaria a uma Selic menor, e a uma TLP que, por construção, deve variar de forma semelhante à Selic, também menor.

**Valor:** *Qual deverá ser o impacto da adoção da TLP sobre a política monetária?*

**Garcia:** Como acabei de afirmar, a TLP, como peça de um programa fiscal muito mais amplo, ajudará a reequilibrar o mix de política econômica, permitindo juros mais baixos. Adicionalmente, o já referido aumento da potência da política monetária no controle da inflação permitirá que os juros tenham que subir menos para cumprir a função de manter a inflação na meta.

**Valor:** *Em suas críticas à TLP, o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, disse que o atrelamento à NTN-B faria a taxa ser muito mais nervosa do que a TJLP, além de ter dito que, num momento muito agudo de*

*alta de juros, "um projeto de longo prazo poderia não resistir financeiramente à TLP". Como o sr. avalia essas críticas?*

**Garcia:** A TJLP vem sendo fixada arbitrariamente há muitos anos. Manter a TJLP constante ou pouco variável tem sido a regra seguida pelo CMN. Assim, não surpreende que a TLP, uma taxa que seguirá a taxa do mercado de títulos públicos de cinco anos indexados à inflação [NTN-B], venha ser mais "nervosa" do que uma taxa que é fixada de forma discricionária pelo CMN. Mas isso não é ruim. É normal e salutar que juros variem. A taxa de juros é um preço, e preços devem variar para sinalizar menor ou maior escassez. Isso é essencial para o bom funcionamento da economia. Por outro lado, pelas regras atuais, cada vez que a TJLP varia, altera o custo de todo o estoque dos contratos, inclusive dos empréstimos já concedidos. Com a TLP será diferente: a taxa de juros real ficará travada por todo o período do financiamento. O que poderá variar será a taxa nominal com a variação da inflação.

**Valor:** *A substituição da TJLP pela TLP pode dificultar o financiamento de projetos de longo prazo?*

**Garcia:** Como a transição da TJLP para a TLP demorará cinco anos, não haverá efeito imediato no financiamento pelo BNDES de novos projetos. Por outro lado, a realização do programa de reformas fiscais, em cujo bojo está a TLP, permitirá

afastar a grande ameaça que hoje pesa sobre nossa economia: a insolvência fiscal. Tal melhora de perspectivas certamente trará muito mais financiamento do que o BNDES jamais poderia prover. Por outro lado, se as reformas fiscais não forem viabilizadas, e o temor de insolvência fiscal crescer, não haverá investimento, com ou sem financiamento subsidiado.

**Valor:** *O projeto da TLP prevê a eliminação dos subsídios nos empréstimos do BNDES em cinco anos, com a taxa convergindo para a NTN-B nesse prazo. Um banco de fomento não deve emprestar a taxas subsidiadas em alguns casos?*

**Garcia:** Subsídios são recomendáveis quanto os benefícios sociais dos projetos superam seus benefícios privados. Nesses casos, deixar o mercado resolver sozinho levaria a subinvestimento. Vários projetos de infraestrutura têm tal característica, notadamente os de saneamento e mobilidade urbana. Isso não é incompatível com a TLP, muito pelo contrário. A TLP permitirá que tais subsídios sejam explicitados no Orçamento, sendo discutidos e avaliados, ao contrário do que hoje ocorre. A TLP não representa o fim dos subsídios, mas tão somente a diminuição significativa dos subsídios implícitos, que não têm transparência nem a devida avaliação de seus efeitos. Os subsídios meritórios, devidamente aprovados no Congresso e seguidos da devida avaliação de seus efeitos, continuarão a existir.

## Emergência fiscal

A culpa é do presidente Temer. Ele fez o que não se faz. Até quinta-feira, o debate em torno da meta estava restrito ao presidente e à equipe econômica. Ele resolveu chamar os políticos, entre eles os do centrão, aos quais deve sua permanência no governo. Um presidente refém de políticos resolve compartilhar com eles uma decisão dolorosa como a fiscal. Agora o risco é termos dois anos de R\$ 170 bilhões.

A equipe econômica quer elevar o déficit para R\$ 159 bilhões este ano e no próximo. Já é muito. Já é imenso. Mas a pressão dos políticos é para ampliar gastos em ano eleitoral. Se o presidente Temer bater o martelo nesse descalabro, entregará ao país um número muito pior do que o pior momento do governo Dilma.

O Brasil vive a mais grave crise fiscal de que se tem notícia. Ela surgiu pelos erros no manejo da política econômica, mas tem também razões antigas. O rol de equívocos cometidos pelos governantes é enorme, com destaque para o governo Dilma. A mudança da meta é só o atendimento da emergência, mas há limites para números negativos.

Se subir o déficit para R\$ 170 bilhões nestes dois anos, Temer não terá feito avanço algum para diminuir o rombo, que chegou a R\$ 111 bilhões em 2015 e atingiu R\$ 159,5 bi em 2016. A ideia original era reduzir esse dado com um esforço adicional a cada ano. A revisão para R\$ 170 bi, se acontecer, mostrará que Temer cedeu

novamente para agradar aliados políticos.

O desafio do país é reorganizar as contas públicas enfrentando obstáculos que, pelo olhar de hoje, parecem intransponíveis. Se o governo não fizer uma cirurgia profunda, vai se repetir o mesmo episódio dos últimos dias, em que ministros da Fazenda e Planejamento vão se debruçar sobre as contas com o governante da vez, vão dizer que a receita é insuficiente, vão propor cortes, e os órgãos do governo constatarão que não podem funcionar com tão pouco dinheiro. Os políticos dirão que precisam de recursos para atender às suas bases, e alguém terá a ideia de cobrar mais impostos. Haverá reação e o argumento de que a carga tributária é alta demais e os serviços, insuficientes. Será suspensa a ameaça de mais impostos ou cumprida apenas parcialmente.

Estamos presos nesse nó. Até recentemente, no segundo governo Fernando Henrique e no primeiro governo Lula, o esforço era para cumprir a meta de superávit primário. Durante o governo Dilma, esse superávit caiu, passou do zero, foi para o negativo e explodiu no começo do segundo mandato, quando ela foi obrigada a pagar os gastos que havia escondido nas operações com os bancos públicos, as pedaladas. De lá para cá, o país não conseguiu acertar o passo.

Na busca das razões do descontrole é preciso estabelecer a

causa mais emergencial: o país foi jogado numa recessão, criada aqui dentro por erros dos governos do PT, e, como em todo o processo de encolhimento do PIB, há queda forte de arrecadação. A receita caiu mais do que os 10% de PIB per capita que o país perdeu em dois anos e meio.

O presidente Temer está por tempos demais na política para saber que o certo era tomar uma decisão técnica e depois chamar os políticos e convencê-los da gravidade. Abrir uma decisão amarga com os políticos é montar a armadilha que vai prender o que resta deste infeliz mandato. E pior: agrava a crise do país.

Houve momentos, no passado, de desequilíbrio grande entre receita e despesa, mas os economistas tinham dificuldade de contabilizar porque era no período da hiperinflação. A inflação alta, terrível para o país, facilitava a vida do administrador público. Arrecadar antecipadamente e pagar depois permitia ao governo ter uma receita criada pela própria inflação.

Desde o início do real não se vê um descontrole como esse. Há erros de raízes profundas, como as benesses concedidas ao Judiciário ou as distorções da Previdência, e outras que nasceram do principal erro do governo Dilma, de desprezar o ajuste fiscal como se fosse um discurso da "direita"! O equilíbrio fiscal é a base sobre a qual se constrói o projeto que o país escolher. Sem ele, vivemos assim nesse sufoco diário como no governo Temer.

## Missão quase impossível

*Temer autoriza meta de R\$ 159 bi, mas diz que não vai propor aumento de impostos*

Martha Beck, Geralda Doca e Cristiane Jungblut

-Brasília- Depois de uma disputa interna no governo em torno das metas fiscais de 2017 e 2018, o presidente Michel Temer colocou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, numa encruzilhada. O rombo das contas públicas poderá subir para R\$ 159 bilhões (a fixada hoje é de R\$ 139 bilhões), como queria o comandante da equipe econômica, mas as contas terão de ser fechadas sem alta de impostos e sem a receita esperada com o novo Refis (programa de renegociação de dívidas tributárias). Com essa missão quase impossível nas mãos, Meirelles e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, voltaram a suas equipes ontem para refazer contas e entregá-las ao Palácio do Planalto até amanhã.

Temer sofreu pressões da ala política do governo e do próprio Congresso, que queriam ver o déficit primário ser elevado para R\$ 170 bilhões em 2017 e 2018. Às vésperas de um ano eleitoral, esse grupo não quer ouvir falar em aumento de carga tributária e precisa liberar recursos para mais despesas. O Orçamento de 2017 já foi contingenciado em R\$ 45 bilhões, provocando quase um shut down

(paralisação da máquina pública), com atrasos em repasses para vários ministérios. Assim, um rombo maior nos dois anos seria uma forma tanto de acomodar as frustrações de receitas quanto a necessidade de afrouxar o cinto apertado deste ano.

Meirelles, no entanto, insistiu para o Planalto que elevar as metas de 2017 (hoje um déficit primário de R\$ 139 bilhões) e 2018 (hoje em R\$ 129 bilhões) para R\$ 159 bilhões seria a melhor saída aos olhos do mercado financeiro. O número já estaria nas contas dos investidores e seria igual ao rombo registrado em 2016, o que significaria que a política fiscal brasileira não está se deteriorando. Para atingir essa meta, contudo, a equipe econômica precisaria aumentar a tributação de pessoas jurídicas (uma vez que o próprio presidente já descartou isso para as pessoas físicas), fazer ajustes em impostos no mercado financeiro e garantir a receita prevista com o novo Refis, de R\$ 13,3 bilhões. Foi nesse momento que a situação se complicou.

Segundo interlocutores da equipe econômica, a confusão em torno do drama fiscal do governo federal ocorreu justamente porque Temer trouxe o Congresso para discutir a revisão das metas. Até a última quinta-feira, o governo estava decidido a alterar o déficit primário dos dois anos para R\$ 159 bilhões e propor um conjunto de medidas de

elevação de receitas e redução de despesas, especialmente com o funcionalismo público.

**ECONOMIA COM TETO SALARIAL DE R\$ 725 MILHÕES**

Uma das ideias é enviar ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a fixação de um teto remuneratório para todos os servidores do Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo Ministério Público Federal e tribunais de contas de todos os entes da federação. Pelo texto, o somatório de todas as verbas recebidas no exercício da função não poderá ultrapassar o teto de R\$ 33.763. O impacto esperado para 2018 com a aprovação da medida é de R\$ 725 milhões de economia para a União.

Com o vazamento dessas informações, políticos, inclusive do chamado centrão (grupo de pequenos partidos que compõem a base), entraram em ação. E o presidente, que está em situação política frágil e tem que pagar a fatura de ter conseguido se salvar da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) na Câmara, cedeu. — A partir do momento em que (o presidente) meteu um bando de políticos do tal centrão para discutir meta fiscal, escolhambou a discussão que vinha sendo mantida até quinta-feira — disse um interlocutor do governo.







O governo não conseguiu chegar a um consenso em relação ao Refis. A Fazenda insistia que o texto da medida provisória (MP) que criou o programa precisava ser aprovado como saiu do Executivo para que arrecadação fosse a prevista originalmente. No entanto, a MP foi alterada pelo relator na Câmara, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que deu benefícios adicionais aos devedores, o que pode reduzir a arrecadação com a medida para pouco mais de R\$ 400 milhões. Embora a Fazenda insistia na MP, a ala política alega que não há como garantir a aprovação do texto no Legislativo como o governo quer e, portanto, seria melhor não contar mais com o Refis.

Outro ponto de divergência dentro do governo para definir as metas é o programa de concessões, que pode ajudar na realização da meta de 2018. A equipe econômica estuda leiloar o aeroporto de Congonhas no ano que vem. Como ele é um ativo valioso, a outorga seria de, no mínimo, R\$ 4 bilhões. Mas isso esbarra na Infra-ero. Autoridades do setor aéreo afirmam que, sem Congonhas, a estatal poderia quebrar e, por isso, o aeroporto não poderia compor o programa de concessões.

O resultado da disputa interna no governo foi que ontem o próprio mercado reagiu negativamente o dólar subiu para R\$ 3,20. O ministro

da Casa Civil, Eliseu Padilha, que defende pessoalmente uma meta maior, teve que entrar em campo para acalmar os ânimos. Ele afirmou por meio de uma rede social que o governo não considera aumentar o rombo das contas públicas para R\$ 170 bilhões. "É especulação a notícia de meta fiscal para 17 e 18 de R\$ 170 bi. Ninguém trouxe tal valor à discussão nas reuniões de governo" disse o ministro no Twitter.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que o Congresso não aceita aumento de impostos e alertou que apenas privatizar empresas como aeroportos não adianta. Para ele, daqui a pouco, "não haverá mais o que vender". Maia alertou ainda que a MP do novo Refis não vai render os R\$ 13 bilhões previstos pelo governo. Ele reunirá hoje, pela manhã, a equipe econômica com todos os líderes da base aliada. A ideia é que os ministros apresentem o pacote fiscal aos líderes: — Pode privatizar, como estão dizendo, Congonhas e Santos Dumont. Mas é uma vez só. O déficit da Previdência vai continuar existindo se não fizermos a reforma. Nos próximos 36 meses, não tem mais espaço para se arranjar receita extraordinária. Daqui a pouco, não vai ter mais o que vender.

## CONGRESSO CONTRA MAIS IMPOSTO

O presidente da Câmara fez coro

com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), contra aumento de impostos: — O Congresso não vai aprovar aumento de impostos. A sociedade já paga muitos impostos. Se não organizarmos as contas públicas de uma vez, cada vez vai ficar mais difícil, no futuro, fechar as contas do governo. Se cada vez tem um jeitinho, cada vez aumenta a meta mais do que precisa, acaba gerando um gasto desnecessário e fica parecendo que as coisas caminham bem. Sabemos que as coisas não caminham bem. A Câmara não aceita, e o presidente do Senado já disse isso. E isso é bom.

Maia disse que ainda esperar o texto de um acordo entre governo e parlamentares sobre a MP do Refis, mas foi cético quanto aos resultados dessa negociação: — O Refis não vai dar R\$ 13 bilhões, porque acho difícil que ele dê isso em qualquer hipótese. Queremos que a Fazenda seja atendida, mas parte da sociedade que vem pleiteando (o programa) também possa ser atendida.

E defendeu o teto salarial: — Está ficando claro que não há mais recursos para tantos salários indiretos. Isso vai ter que ser reorganizado em todos os poderes.

## Pressão política adia definição de nova meta

DE BRASÍLIA

Uma disputa entre a ala política do governo e a equipe econômica levou ao adiamento da definição da nova previsão oficial para o rombo nas contas públicas neste e no próximo ano, que deve ser anunciada nesta terça (15).

As metas estabelecidas pelo governo preveem a redução do deficit do Orçamento para R\$ 139 bilhões neste ano e R\$ 129 bilhões em 2018, mas a lenta recuperação da economia e das receitas federais obrigou o governo a rever suas projeções para os dois anos.

Em reuniões ocorridas no Palácio do Planalto nesta segunda (14), políticos que apoiam o governo no Congresso defenderam a abertura de espaço no Orçamento do próximo ano para acomodar gastos com obras e outros projetos patrocinados por parlamentares por meio de emendas ao Orçamento.

Os políticos defenderam o aumento da meta do ano que vem para R\$ 177 bilhões, cerca de R\$ 18 bilhões a mais do que tinha sido combinado na semana passada. A equipe econômica defende uma meta de R\$ 159 bilhões para o deficit neste e no próximo ano.

Uma meta de deficit maior permitirá que o governo acomode mais gastos, evitando a paralisação de serviços públicos e garantindo verbas para redutos eleitorais de aliados. Mas a nova meta fará aumentar a dívida do governo, que precisará tomar recursos emprestados no mercado para financiar as despesas.

O Ministério da Fazenda ainda tenta encontrar novas fontes de receita para evitar o aumento da previsão de deficit. Ele aposta em leilões de concessões de infraestrutura, em que investidores pagam para ter o direito de explorar estradas, aeroportos e outros

empreendimentos.

Entre as possibilidades em estudo, uma é a realização de leilões na área de energia, que poderiam trazer cerca de R\$ 27 bilhões para os cofres do governo e da Eletrobras. Mas o Ministério de Minas e Energia discorda da estratégia defendida pela Fazenda para a realização dos leilões.

Outra ideia é a privatização do aeroporto de Congonhas (SP), que poderia render no mínimo R\$ 4 bilhões em pagamentos ao governo. A proposta desagradou ao Ministério dos Transportes, que considera o aeroporto vital para a estatal Infraero. Sem ele, a empresa não teria condições financeiras de administrar aeroportos menos rentáveis.

O Ministério dos Transportes calcula que a privatização da Infraero, incluindo todos os terminais que ela administra, poderia gerar R\$ 20 bilhões em pagamentos ao







governo, viabilizar R\$ 15 bilhões em investimentos e garantir outros R\$ 15 bilhões em impostos para os cofres da União. Mas o ministro Maurício Quintella é contra a venda.

Nos estudos da equipe econômica, constam ainda medidas para controlar o teto salarial de servidores e o adiamento dos reajustes de algumas categorias, previsto para janeiro de 2018, para 2019.

O governo também pensa em apresentar uma proposta de emenda constitucional para que os salários não ultrapassem R\$ 33 mil. Com isso, poderia haver cortes de benefícios, gerando economia de cerca de R\$ 800 milhões.

Também está em avaliação o

aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais, de 11% para 14%.

#### REFIS

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, insistiu nas reuniões para que a equipe política avance nas negociações do novo Refis, programa de refinanciamento de dívidas de contribuintes que foi proposto ao Congresso.

A equipe econômica esperava angariar R\$ 13,8 bilhões com o programa neste ano, mas deputados e senadores –que estão entre os grandes devedores– querem mais vantagens para os devedores em troca de apoio ao presidente Michel Temer (PMDB) e à reforma da Previdência.

A área política do governo quer que a Fazenda feche as contas do Orçamento sem contar com as receitas de adesão ao Refis, mas Meirelles não concorda. O assunto foi discutido em uma reunião no domingo (13) da qual participou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O Ministério da Fazenda se prontificou a apresentar uma nova proposta, porque pretende levantar pelo menos R\$ 10 bilhões com adesões ao programa. Até o momento, por meio da medida provisória que criou o novo Refis, só foi possível receber R\$ 3,5 bilhões.

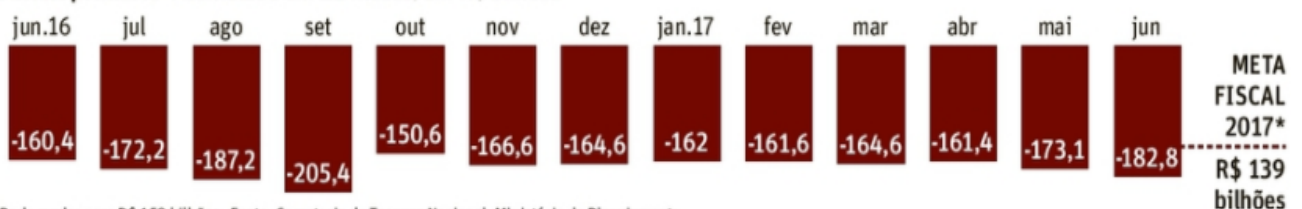
(JULIO WIZIACK, MARIANA CARNEIRO, MAELI PRADO, MARINA DIAS E BRUNO BOGHOSSIAN)

### O TAMANHO DO BURACO Com despesas crescentes e receitas frustrantes, governo reavalia sua meta fiscal

Contas do governo central Receitas e despesas acumuladas em 12 meses, em R\$ bi



Deficit primário Acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



\*Pode mudar para R\$ 159 bilhões Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento

## Novo rebaixamento é provável, dizem economistas

DANIELLE BRANT  
DE SÃO PAULO  
MARIANA CARNEIRO  
DE BRASÍLIA

O esperado aumento dos deficit orçamentários neste ano e em 2018 deve ter como efeito colateral um novo corte da nota de crédito do Brasil, afirmam economistas.

O Brasil é considerado grau especulativo pelas três maiores agências de rating: S&P, Moody's e Fitch. A perspectiva é negativa, ou seja, há riscos de novos rebaixamentos.

A primeira sinalização deve ser dada pela S&P, que em maio colocou a nota do país em "credit watch". Isso significa que há pelo menos 50% de chance de haver um rebaixamento do rating, dentro do prazo de 90 dias –que termina na próxima semana.

Um novo corte na S&P levaria o rating a três níveis abaixo do grau de investimento (classificação que indica que é seguro investir no país, perdida em 2015).

Muitos fundos estrangeiros só investem em papéis de um determinado país caso ele tenha o grau de investimento. Em 2008, quando o país recebeu o selo de bom

pagador, a Bolsa de São Paulo atingiu seu recorde histórico.

Representantes da S&P estiveram no Brasil nas últimas semanas para acompanhar a situação fiscal. Para Tony Volpon, economista-chefe do banco UBS no Brasil e ex-diretor do BC, a agência deve tomar uma decisão negativa.

"Só deve estar esperando o anúncio [da revisão]. Não o número em si, mas a explicação de por que o governo não atingirá a meta e o que será feito para atingir a nova", diz.

Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra e ex-secretário do Tesouro, afirma que a probabilidade de novo rebaixamento é elevada.

"A decisão sobre a meta será muito importante nessa avaliação. Não apenas o número, mas o que está por trás dele, ou seja, se a revisão ocorre por uma frustração de receitas ou se é para acomodar mais despesas", afirma.

Ao assumir, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) anunciou que o deficit previsto para 2016 estava subestimado e elevou a projeção para R\$ 170 bilhões. Fechou o ano com R\$ 159 bilhões. A mensagem era que o rombo seria reduzido

gradativamente até 2020.

Agora, deve elevar a meta deste ano dos atuais R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. E, a de 2018, de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões.

Kawall diz que o cenário será ainda mais negativo se "lido" como uma derrota da área econômica ante a pressão política de empurrar o deficit para mais de R\$ 159 bilhões.

### REFORMAS

O equilíbrio fiscal passa por corte de despesas de modo permanente, via reforma da Previdência, por exemplo.

Para Rodrigo Borges, diretor da gestora Franklin Templeton, as agências deverão aguardar sinais mais firmes sobre a capacidade de o governo aprovar mudanças estruturais.

"As agências vão esperar para ter um ambiente claro. Não vão tomar nenhuma atitude no meio da confusão."

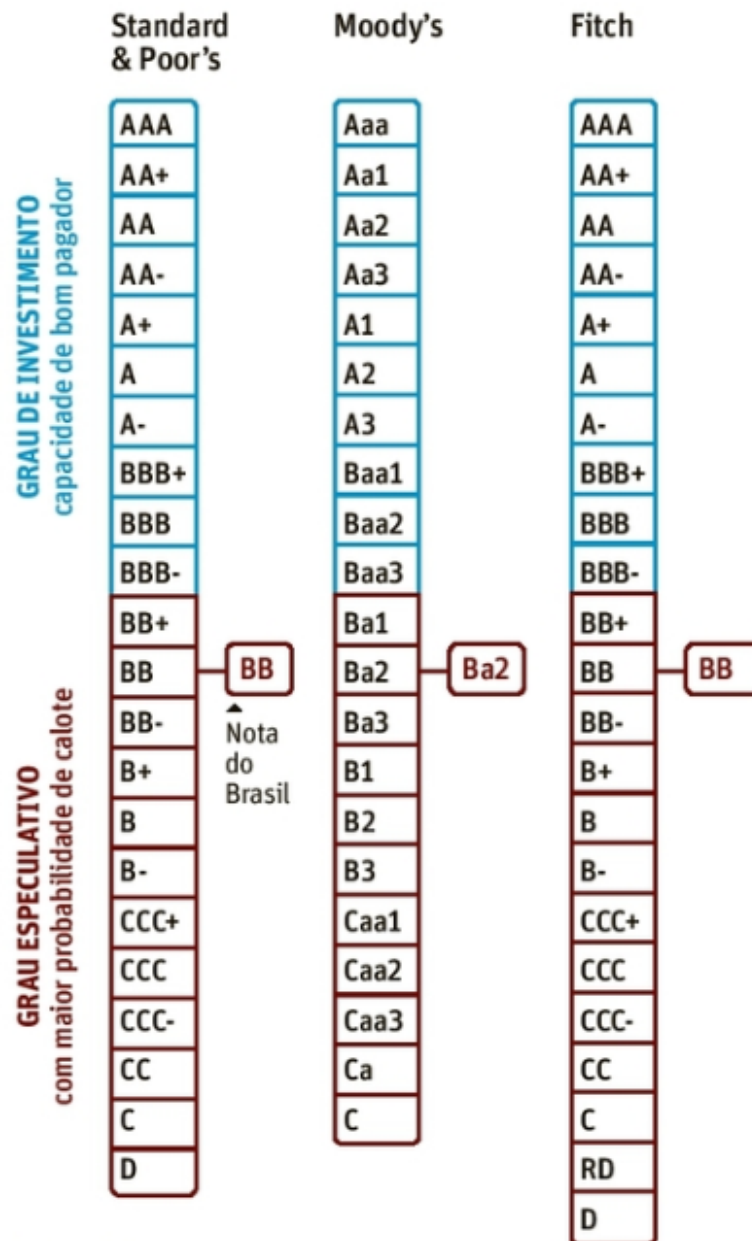
Ainda assim, diz, há um prazo claro para a tolerância das agências. "Se o governo não aprovar a reforma neste ano, no ano que vem fica mais difícil. O deadline não chegou, mas vai chegar."





## AGÊNCIAS DE RISCO

Classificação de crédito do país permanece baixa



Fonte: agências

ANDREZA MATAIS E MARCELO  
DE MORAIS

» **Falou sozinho.** O ministro Dyogo Oliveira perdeu a queda de braço pelo fim do auxílio-reclusão, que fica.

## Falta de recursos atinge fiscalização de fronteiras do País

Contingenciamento chega a R\$ 166 milhões e prazo para concluir vigilância foi adiado para 2040; sistema só monitora faixa de 600 km

Tânia Monteiro  
Leonencio Nossa / BRASÍLIA

A falta de recursos para as Forças Armadas interrompeu a implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que auxilia na fiscalização da entrada ilegal de armas e drogas no País. Criado em 2012 e previsto para ser concluído em dez anos, o Sisfron só cobriu até agora 600 quilômetros de uma faixa de 17 mil km de fronteiras. O prazo de conclusão foi adiado para 2040. De acordo com dados das Forças, o sistema teve contingenciados R\$ 166 milhões dos R\$ 427 milhões que o Exército colocou como previsão na Lei Orçamentária deste ano. Reportagem publicada ontem pelo Estado mostrou que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica registraram um contingenciamento de 40% neste ano, sem contar alimentação, salário e saúde dos militares.

De acordo com o comando das Forças Armadas, existe um risco de "colapso" e os recursos só serão suficientes para cobrir os gastos até setembro. "De uma maneira geral, muitos dos causadores do problema de segurança pública nas grandes cidades passam pelas fronteiras", afirmou o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. Em

entrevista após participar de solenidade de promoção de oficiais no Palácio do Planalto, o comandante disse ontem que o contingenciamento de recursos "compromete" o Sisfron. "É essencial mantermos as fronteiras sob vigilância. Precisamos aplicar a tecnologia, um sistema avançado, que permita o monitoramento", disse Villas Bôas. Oficiais-generais ouvidos pelo Estado afirmaram que o País gasta mais com deslocamentos de agentes para ações de segurança nas metrópoles. Um dia de operação de um batalhão do Exército no Rio, por exemplo, custa R\$ 1 milhão.

O Planalto escolheu o Rio como vitrine de sua proposta de combate à violência em todo o País. A avaliação de um desses generais é de que cortar recursos do Sisfron e gastar em deslocamentos não ajudam a solucionar a violência. De acordo com Villas Bôas, "uma segurança pública competente se materializa com policiais bem preparados e motivados e a compreensão pela sociedade da verdadeira dimensão do problema, além de equipamentos adequados". Fronteira norte. Além do Sisfron, a série de contingenciamentos no orçamento das Forças Armadas tem provocado impacto também no trabalho de reconhecimento nas fronteiras da Amazônia. O Exército enfrenta dificuldades de compra de combustível para que os militares possam se deslocar pelas áreas de

fronteiras. No caso do Sisfron, o Exército deu prioridade a Mato Grosso do Sul, onde foi feito o projeto-piloto. A meta é estender o sistema para toda a fronteira norte.

Para isso, são necessários mais recursos tecnológicos a partir de Rondônia. Um oficial-general ouvido pela reportagem disse que o Sisfron é uma oportunidade de as Forças Armadas proporcionarem a outros órgãos, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, a possibilidade de operar também nas fronteiras. Custos. A interrupção de recursos para implementar o Sisfron encarece a médio prazo o projeto, por obrigar o governo a renovar contratos, e pode inviabilizar sua conclusão. Hoje, com o atraso, o projeto se estendeu de 2015 para além de 2040. Com isso, levará mais de 25 anos.

E o equipamento corre o risco de ficar ultrapassado. Atualmente o Sisfron está na 4.<sup>a</sup> Brigada de Cavalaria Mecanizada, que fica em Dourados, em Mato Grosso do Sul. O projeto envia informações para Campo Grande, mas já deveria estar repassando os dados diretamente para Brasília. Procurado para falar sobre a falta de recursos para as Forças, o Ministério do Planejamento informou que busca resolver as questões mais graves, mas qualquer ampliação de limites orçamentários depende do aumento do espaço fiscal.

## Até distribuição de água no NE está ameaçada

BRASÍLIA

À espera de liberação de parte dos recursos contingenciados das Forças Armadas, os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha estiveram ontem no Palácio do Planalto para participar de uma solenidade de promoção de oficiais, mas deixaram o evento sem um sinal do presidente Michel Temer sobre o desbloqueio de dinheiro. Como a equipe econômica atrasou o anúncio de mudança na meta fiscal, Temer fez no discurso apenas elogios ao "profissionalismo" dos militares, sem se referir às dificuldades orçamentárias. Após a solenidade, o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, afirmou que o contingenciamento deve atingir até mesmo ações sociais.

Ele citou como exemplo o trabalho do Exército de entrega de água para comunidades do semiárido nordestino. "Estamos em uma situação difícil, que pode prejudicar algumas de nossas capacidades essenciais", disse. "Isso atinge nossa capacidade operacional. A entrega de água no Nordeste beneficia 4 milhões de pessoas." Villas Bôas descartou, "por enquanto", o fechamento de

unidades militares. "Temos de ter capilaridade, presença em todo o território nacional. É perigoso criar vazios", disse. O general disse que a "hipótese" de reduzir expediente, como se avalia em alguns setores das Forças Armadas, é "extremamente" desconfortável. "Isso é uma inversão absoluta, temos de evitar isso." Meta fiscal.

O almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, comandante da Marinha, disse que as Forças esperam o desbloqueio de parte dos recursos no momento em que a equipe econômica definir novas metas fiscais. Uma de suas preocupações é a dificuldade de renovação da frota de navios. "A situação vai degradando, e a gente fica em uma situação incontestável", afirmou. Já o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, disse que entende as dificuldades econômicas, mas afirmou que apresentou ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, as consequências do contingenciamento, como redução de horas de voo no atendimento de atividades para o governo, apoio às populações e tropas do Exército na Amazônia. / T.M. e L.N.



## CONTAS PÚBLICAS »

### Embate no governo atrasa nova meta

*Equipe econômica e políticos divergem sobre a mudança no limite do rombo fiscal. Só se sabe que não vai ficar em R\$ 139 bilhões. Planalto nega previsão de R\$ 170 bilhões. Mas só deve bater martelo com novo número amanhã*

ROSANA HESSEL

A falta de consenso entre as alas técnica e política do governo e a dificuldade em encontrar novas receitas para compensar a frustração crescente na arrecadação fizeram com que o presidente Michel Temer adiasse pela segunda vez a definição das novas metas fiscais deste ano e do próximo. As reuniões da equipe econômica com o chefe do Executivo estão ocorrendo com bastante frequência nos últimos dias. O anúncio foi reagendado na tarde de ontem para hoje. No entanto, à noite, fontes da Esplanada cogitavam que antes de amanhã, quarta-feira, esse anúncio não ocorrerá.

O governo está no cheque especial desde 2014. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 permite um déficit nas contas do governo federal de até R\$ 139 bilhões. O objetivo fiscal da LDO de 2018 é de um saldo negativo de até R\$ 129 bilhões. Como ninguém do mercado acredita que elas serão cumpridas, até mesmo o governo, as mudanças das metas ocorrem para que Temer não cometa o crime de

responsabilidade fiscal, delito que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff.

A expectativa é que os novos déficits fiquem em torno de R\$ 155 bilhões e R\$ 159 bilhões, neste ano, e de R\$ 150 bilhões, em 2018. Todavia, analistas são unânimes em avisar que, se o governo anunciar uma meta maior do que o rombo do ano passado, de R\$ 159,5 bilhões, vai sinalizar piora no controle fiscal. No fim da tarde de ontem, havia boatos de que a nova meta fiscal chegaria a um déficit de R\$ 170 bilhões, o que fez o dólar subir (leia texto ao lado). Em resposta, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, tuitou que este valor era “especulação”. “Ninguém trouxe tal valor à discussão nas reuniões do governo”, afirmou.

A dificuldade de fechar as contas persiste devido ao elevado risco de frustração nos R\$ 60 bilhões da previsão de receitas extraordinárias. Desse montante, R\$ 25,7 bilhões viriam de concessões e há vários itens que dependem da aprovação de medidas provisórias que tramitam no Congresso Nacional, como a do Novo Refis, que foi alterada na comissão especial e teve sua receita reduzida em R\$ 13 bilhões, neste ano, para menos de R\$ 500 milhões. Outro item que está nessa conta são as concessões de usinas e de petróleo, que também podem não se realizar, como alertou no mês

passado, o Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão prevê uma perda de arrecadação de R\$ 19,3 bilhões. Ontem, Temer chamou o ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho, e pediu uma previsão sobre as receitas com os leilões de concessão das hidrelétricas de Furnas e os de petróleo e gás previstos para este semestre. O titular do MME ficou de refazer os cálculos e entregá-los ainda hoje. Para o ano que vem, o governo estima uma receita extra de R\$ 20 bilhões com leilões de aeroportos, algo desafiador e com elevado risco de novas frustrações.

O fato de o presidente ter virado refém dos parlamentares do Centrão, que apoiaram o arquivamento da denúncia de corrupção contra Temer e agora cobram a fatura, tem atrasado o fechamento das novas metas fiscais, de acordo com informações obtidas pelo Blog do Vicente. Somente em emendas parlamentares, a garantia do mandato de Temer custou mais de R\$ 6 bilhões. Na semana passada, as reuniões sobre as novas metas fiscais tiveram participação dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o que atrasou o anúncio da meta. Maia marcou um café da manhã hoje com deputados e os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira.





O Planalto negou qualquer divergência entre as alas política e econômica do governo. De acordo com uma fonte palaciana, o “governo preferiu fazer o caminho correto e mais trabalhoso e, para manter a previsibilidade na questão fiscal, está conversando com todos os envolvidos e pedindo para refazerem todos os cálculos”. Nesse sentido, a fonte contou que o governo não descarta o adiamento do reajuste do funcionalismo em 2018 e vem tentando negociar novos cortes de gastos, como o auxílio de reclusão, que é uma ajuda para as famílias de presidiários.

#### Justificativa

Para especialistas, existe razão para que o governo mude as metas. “A arrecadação voltou como era esperado e há muita decepção com receitas extraordinárias. Como os gastos crescem, em grande parte, de forma automática, o aumento do deficit é inevitável se não houver ajuste fiscal”, alertou a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. “As maiores despesas, que são com pessoal e com a Previdência, crescem acima da inflação, e o teto dos gastos não consegue dar conta”, destacou. Para ela, o governo errou em conceder os reajustes generosos

aos servidores no ano passado. “Isso fez com que a situação das contas públicas piorasse”, completou. Zeina acredita que o governo precisa da reforma da Previdência, novas receitas extraordinárias e até mesmo aumento de impostos para cumprir as novas metas.

Para o economista Pedro Scheineider, do Itaú Unibanco, o governo terá mais dificuldade em cumprir a meta fiscal do próximo ano com o baixo crescimento. “As receitas extraordinárias não devem ocorrer no mesmo volume deste ano”, alertou.

#### Descompasso

O descompasso entre receita e despesa continua crescente e fará com que o governo registre o quarto deficit primário consecutivo, elevando consideravelmente a dívida pública. Conforme dados levantados pela Instituição Fiscal Independente (IFI), o Orçamento deste ano previa crescimento anual de 4,4% na receita líquida e aumento de 2,2% na despesa total, mas nada disso aconteceu. De janeiro a junho, a receita líquida encolheu 2,7% e as despesas cresceram 0,5%, em termos reais

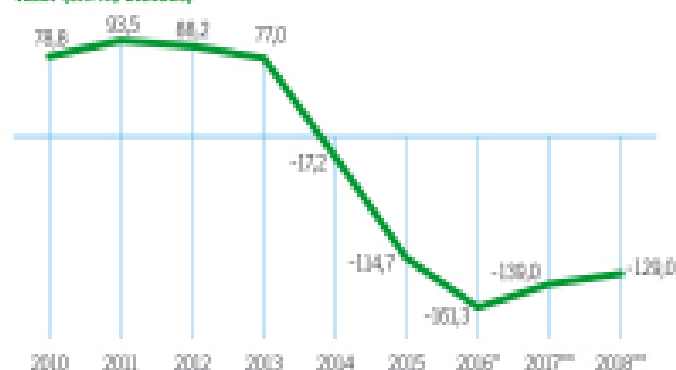




## Buraco sem fundo

Resultado primário registrará quarto déficit consecutivo neste ano e pode piorar porque o governo gasta mais do que arrecada

Valor (em R\$ bilhões)



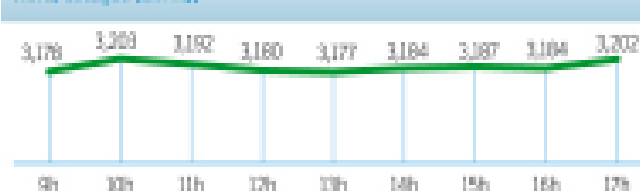
\* Dado revisado pelo Tesouro Nacional após a revisão dos cálculos dos prejuízos com o Fies

\*\* Meta anual, conforme LDO

### Dólar

Moeda teve picos com possibilidade de anúncio de mudança da meta.

Hora/Cotação (em R\$)



### Risco de insolvência

Sem superávit primário (economia para pagar juros), a dívida cresce e só deve parar em 2023

Dívida bruta/PIB (em %)



\* Projeção da FI

### Fora da realidade

Ao mudar as metas, deste ano e do próximo, o governo precisará atualizar parâmetros da LDO

LDO

Indicadores	2017	2018
PIB (em%)	0,5	1,5
Selic (em% ao ano)	9,3	8
IPCA (em% ao ano)	4,2	4,5
Câmbio (1 US\$/em R\$)	3,3	3,4

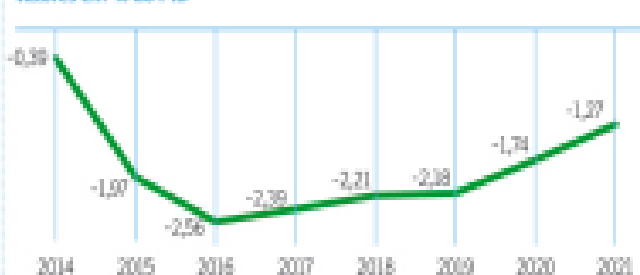
Fontes: FI, Tesouro Nacional, Banco Central e Ministério do Planejamento



### Rombo crescente

Estimativa da FI aponta que resultado primário do governo central continuará negativo até 2021

Valores em % do PIB



Mercado (Focos/11 de agosto)

Indicadores	2017	2018
PIB (em%)	0,34	2,0
Selic (em% ao ano)	7,50	7,50
IPCA (em% ao ano)	3,5	4,2
Câmbio (1 US\$/em R\$)	3,25	3,40

## Postergação desagrada investidores

RODOLFO COSTA

Os investidores reagiram mal a mais um adiamento da revisão da meta fiscal. Ontem, o dólar avançou 0,88%, cotado a R\$ 3,202. As dificuldades do governo federal em bater o martelo do novo deficit são encaradas pelo mercado como um enfraquecimento do governo na queda de braço com o Congresso Nacional. Apesar da desvalorização do real frente à divisa norte-americana, as ações na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subiram 1,37%, encerrando a 68.285 pontos. Diferentemente do mercado de câmbio, o movimento do pregão foi influenciado pelo ambiente externo.

O movimento do principal índice da bolsa (Ibovespa) é atribuído ao abrandamento da tensão geopolítica. No domingo, o diretor da agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA), Mike Pompeo, e o tenente-general do Exército, H.R. McMaster, conselheiro de segurança nacional do presidente Donald Trump, garantiram que o conflito com a

Coreia do Norte não é iminente. A declaração repercutiu de maneira positiva nos mercados, impulsionando as bolsas norte-americanas. A Nasdaq fechou com aumento de 1,29%, e o Dow Jones, subiu 0,62%.

Embora o alívio em relação a um potencial conflito armado entre Estados Unidos e Coreia do Norte ajude a explicar em parte a valorização do dólar frente ao real, a convicção de analistas é de que, nesse mercado, o movimento foi influenciado pelo ambiente interno. Para o sócio-fundador da Rise Planejamento Financeiro, Matheus Portela, há uma preocupação do mercado de que as dificuldades do governo em chegar a um consenso com o Parlamento sobre a revisão da meta possa impactar o andamento das reformas.

“Se o Congresso entende que não é popular apoiar um governo que representa os ajustes, como ficarão as reformas? Entendo que essa é a leitura dos investidores”, avaliou. Portela pondera, no entanto, que o movimento possa ter sido exagerado.

“Se a alta se deu por adiamento da definição da meta, entendo isso como um exagero. Agora, se o movimento se deu porque o mercado já entende que a política econômica vai ter dificuldades para ser aprovada, se justifica”, analisou.

O analista avalia o avanço do dólar como pontual e acha que não há motivos para se agravar. “O mercado não tem que responder com volatilidade alta sempre. Não ter definido a meta ontem não quer dizer que o Brasil acabou. O cenário não mudou. O Brasil tem carne para cortar e tempo para passar a meta”, argumentou Portela.

A revisão da meta estava prevista para acontecer na sexta-feira passada. O governo quer que a equipe econômica tenha em mão o número mais preciso possível do deficit para evitar qualquer necessidade de novas mudanças. A interpretação de analistas, no entanto, é de que as postergações geram incertezas e margem para especulações de que o rombo possa ser maior do que o previsto.

## CONTAS PÚBLICAS »

### Governo quer teto para todos

*Salários do Executivo, Legislativo e Judiciário, com todos os penduricalhos, deverão ser limitados aos R\$ 33,7 mil dos ministros do STF*

ANTONIO TEMÓTEO



Dyogo e Meirelles têm dúvidas ainda se limite no contracheque virá com medida provisória ou projeto em tramitação

Além de definir um salário inicial único para todas as carreiras de servidores do Executivo Federal, o governo quer regulamentar o teto remuneratório previsto na Constituição Federal para todos os poderes. Técnicos da equipe econômica discutem se uma medida provisória será enviada para o Congresso Nacional ou se trabalhará para aprovar o Projeto de Lei nº 6.726 de 2016, que está engavetado na Câmara dos Deputados.

Pelo texto, os rendimentos recebidos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal

Federal, no valor de R\$ 33,7 mil.

A matéria já foi aprovada pelo Senado Federal e aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara. O limite será aplicado ao somatório das verbas recebidas por uma mesma pessoa, ainda que tenham origem em mais de um cargo ou emprego, de mais de uma aposentadoria ou pensão, ou de qualquer combinação possível entre esses rendimentos, inclusive quando originados de fontes pagadoras distintas. No caso de recebimentos sujeitos a diferentes limites, sobre o somatório incidirá aquele de maior valor.

O projeto de lei especifica que integram o teto os vencimentos, salários e soldos ou subsídios, verbas de representação, auxílio-moradia, parcelas de equivalência ou isonomia, abonos, prêmios e adicionais, entre outros. No extrateto estão as parcelas de indenização previstas em lei não sujeitas aos limites de rendimento e que não se incorporam à remuneração. É o caso da ajuda de custo na mudança de sede e diárias em viagens realizadas por força das atribuições do cargo.

A proposta faz parte de um conjunto de medidas que seria divulgado ontem pelos ministros da

Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, para redução de gastos e reequilíbrio das contas públicas. Sem a definição sobre a alteração da meta fiscal de 2017 e 2018, o anúncio foi adiado para hoje.

#### Remuneração

O Executivo ainda enviará ao Congresso uma proposta para fixar remuneração de entrada no serviço público de R\$ 2,8 mil para cargos de nível médio e de R\$ 5 mil para postos que exigem ensino superior. A ideia do governo é de que as carreiras passem a ter 30 níveis e revisões salariais anuais. Com isso, o trabalhador chegaria ao topo da categoria ao longo de 30 anos.

As mudanças que serão propostas não param por aí. O auxílio moradia, que chega a engordar os contracheques dos servidores em até R\$ 4,3 mil, será pago por, no máximo, quatro anos e o valor seria reduzido anualmente em 25%, até zerar. Outra regalia que será revisada é a ajuda de custo para mudança. Quando um servidor é transferido para outra cidade, tem direito de receber até três salários cheios, sem incidência de Imposto de Renda (IR), tanto na ida quanto na volta. Pela proposta, somente um salário será pago quando ele sair e outro quando voltar.

## Jornada menor pouparia R\$ 3,2 bilhões

O governo espera economizar até R\$ 3,2 bilhões com a redução da jornada de trabalho prevista em medida provisória publicada no mês passado. O texto cria incentivos financeiros para que os servidores reduzam de oito para seis ou quatro horas o tempo que permanecerão nas repartições executando suas atividades. Atualmente, apenas 3.218 empregados da administração pública federal possuem esse regime de trabalho, de um total de 644.395 servidores públicos federais.

Nas contas do Ministério do Planejamento, se 1% dos servidores reduzirem a jornada de trabalho, a economia pode chegar a R\$ 185 milhões. Esse valor leva em conta que 75% deles optem por jornada de seis horas e 25% por quatro horas. Se o governo conseguir que 5% dos servidores públicos federais façam a adesão à jornada reduzida, a economia para os cofres públicos pode variar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,56 bilhão por ano. O alívio aos cofres públicos chegará a R\$ 3,2 bilhões se 10% dos servidores aderirem ao novo regime laboral. A

estimativa se baseia na possibilidade de 25% deles escolherem a jornada de seis horas e 75% a de quatro horas.

### PDV

No setor privado, em média, 6% dos trabalhadores têm jornada de trabalho diferenciada. A intenção do governo com o incentivo financeiro oferecido para os servidores públicos federais que reduzirem a jornada de trabalho é aproximar os números com os praticados na iniciativa privada e, conseqüentemente, reduzir os gastos.

A proposta faz parte da MP publicada pelo Executivo que prevê o pagamento de um adicional de uma hora para quem reduzir a jornada de trabalho. O salário médio do servidor corresponde a R\$ 10.071. Esse valor diminui para, em média, R\$ 7.553 para quem trabalha seis horas diárias. Com o incentivo, o valor sobe para R\$ 8.183. A mesma medida criou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) no serviço público que espera economizar R\$ 1 bilhão com a adesão de cinco mil servidores. (AT).



## Virou bagunça

por Vicente Nunes /  
vicentenunes.df@dabr.com.br

*Ao politizar um assunto técnico, como a revisão das metas fiscais, o governo explicita o tamanho da sua fragilidade e alimenta desconfiança que pode ruir o seu último pilar, a política econômica*

O presidente Michel Temer abriu um precedente perigosíssimo que pode colocar em risco a credibilidade da política econômica, o único pilar do governo que ainda se mantém de pé. Ao incluir políticos nas discussões sobre mudanças nas metas fiscais, transformou um assunto extremamente técnico em uma moeda de troca, sobretudo por parte do Centrão, grupo que reúne as legendas mais fisiológicas do Congresso. Para os políticos, quanto maior for o rombo nas contas públicas neste ano e em 2018, mais fácil ficará para acomodar as demandas das bancadas.

Temer politizou o debate das metas fiscais de olho em mais uma denúncia contra ele que virá da Procuradoria-Geral da República. Como sua base de apoio no

Legislativo diminuiu muito, ficou refém do Centrão, que defende deficit de até R\$ 170 bilhões para este ano e para 2018. A equipe econômica, contudo, resiste. Na avaliação dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, qualquer número superior a R\$ 159 bilhões significará uma derrota do discurso da austeridade fiscal. Em relação ao que já está colocado hoje, R\$ 159 bilhões representarão aumento de R\$ 20 bilhões no rombo previsto para este ano (R\$ 139 bilhões) e incremento de R\$ 30 bilhões no buraco estimado para 2018 (R\$ 129 bilhões).

Técnicos da equipe econômica dizem que o presidente só deveria ter aberto o diálogo com os políticos sobre as metas depois que tudo estivesse acertado com a área técnica. A partir daí, Temer negociaria o apoio para a aprovação das mudanças nos rombos no Congresso. Era com esse raciocínio que Meirelles e Dyogo estavam trabalhando. Por isso, a intenção de anunciar as novas metas na sexta-feira passada. Mas, ao chamar políticos para apresentar os números um dia antes de torná-los públicos, o presidente tirou todo o caráter

técnico da decisão. Os políticos passaram a ditar os rumos de debate e a dar declarações públicas desautorizando o governo a elevar qualquer imposto para fechar as contas.

“Virou uma bagunça”, diz um integrante da equipe econômica. Ele ressalta que, a cada adiamento do anúncio das novas metas, o governo só aumenta a especulação e a desconfiança dos investidores. “Todo mundo sabe que a situação das contas públicas é dramática. Mesmo com o aumento dos impostos sobre combustíveis, a fatura não fechou. Estamos trabalhando dia e noite para encontrar receitas e gastos que podem ser cortados. Agora, politizar um tema que deveria ser técnico é um perigo enorme. Na nossa opinião, tanto o deficit deste ano quanto o de 2018 não devem ser maiores do que os R\$ 159 bilhões de 2016. É questão de bom senso”, acrescenta.

### Falsas promessas

A expectativa da equipe econômica é de que as novas metas fiscais e o pacote que reduzirá gastos com servidores sejam anunciados ainda hoje, depois de dois adiamentos seguidos. A orientação





do Palácio do Planalto é para tirar qualquer conotação política em relação às medidas. Não foi por acaso, portanto, que o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, usou as redes sociais para assegurar que, em nenhum momento, discutiu-se a possibilidade de o déficit público saltar para R\$ 170 bilhões. Mas não convenceu, já que ele é um dos principais defensores de um rombo maior.

Uma coisa é certa: toda essa confusão explicita o quanto o governo está fragilizado. Temer está nas mãos de partidos que não têm nenhum compromisso com o país, querem apenas tirar proveito da máquina pública. Há projetos importantes que estão no Congresso que, se votados, dariam uma ajuda importante à equipe econômica para fechar as contas. Mas legendas como o PP e o PR querem tirar o máximo do presidente, pois sabem que, hoje, dificilmente ele conseguiria se livrar de uma nova denúncia da Procuradoria-Geral da República sem o fisiológico Centrão.

“A nossa parte está sendo feita. Diante da resistência política em relação a aumento de impostos, buscamos todo tipo de receita. Estamos propondo, inclusive, a venda de aeroportos como os de Congonhas e Santos Dumont. Se isso será aceito, é outra coisa”, afirma um ministro mais alinhado com a austeridade fiscal. Para ele, é importante que o Planalto deixe claro a todos os partidos que apoiam o governo que se chegou ao limite. “Precisamos ser coerentes no nosso discurso. Vamos, sim, ter déficits maiores neste ano e no próximo, mas temos que mostrar que o compromisso com o equilíbrio das contas públicas é para valer. O tempo de falsas promessas ficou para trás”, acrescenta.

#### **Correção da poupança**

» O governo quer resolver, o mais rapidamente possível, um imbróglio que se arrasta há décadas: as perdas provocadas pelos planos econômicos na caderneta de poupança. Pelo acordo que vem

sendo costurado, os poupadores receberiam entre R\$ 11 bilhões e R\$ 12 bilhões, dinheiro que seria injetado na economia.

#### **Passo adiante**

» Envolvidos nas negociações, representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), do Banco Central, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), da Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) se reuniram ontem, pela primeira vez em conjunto, para discutir o tema.

#### **Resistência perto do fim**

» Os bancos públicos, mais precisamente a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, já deram sinal verde para o fechamento do acordo. Como serão os responsáveis pelas maiores indenizações, abriram uma avenida para a correção dos depósitos. A resistência continua nas instituições privadas. Outra reunião está marcada para sexta-feira.